

INSTITUTO	
	
<b>Documentação</b>	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	<i>Estadão.com.br</i>
Data	<i>27/4/2001</i> Pg
Class.	<i>02 R00013</i>

Sexta-feira, 27 de abril de 2001

**ciência e meio ambiente** AGÊNCIA ESTADO



entre aspas :: por Mauro Galetti

## Biodiversidade ameaçada

Impactos ambientais devem ser evitados, sejam praticados por índios ou não índios

O grande massacre das populações indígenas americanas pelos portugueses e espanhóis, nos séculos XVII e XVIII, imprime um forte sentimento de culpa em todos nós, brasileiros. Dezenas de línguas, culturas e povos foram extintos, no Brasil e na América. É indiscutível, que a ocupação européia teve um grande impacto cultural e principalmente um desastroso impacto ambiental em todo o território brasileiro. Mas isso exime os chamados "povos da floresta" de seus impactos sobre a biodiversidade? Será que os índios possuem uma relação inata de harmonia com o meio ambiente?

Recentemente a luta pelos direitos indígenas ganhou força em todo o mundo, sobretudo no que se refere à demarcação de terras e direitos humanos. A partir da Eco-92, no Rio de Janeiro, os chamados "povos da floresta" obtiveram também o status de seres humanos que vivem em "harmonia com a natureza". Conservação de florestas, biodiversidade, desenvolvimento sustentável e cultura indígena viraram sinônimos.

Entretanto, essa visão neo-russeuniana do "bom selvagem" está longe de estar correta. Estudos recentes sobre o impacto de "povos tradicionais" na biodiversidade mostram, que alguns "bons selvagens" praticam todo o tipo de perturbação ambiental, seja caça não sustentável, corte de madeiras de lei e palmito e queima de floresta para roça. A idéia de que o índios caçam apenas para comer é romântica e irreal. Estudos realizados com os Xavantes, em Mato Grosso mostraram, que após a aquisição de armas de fogo pelos índios, a densidade dos animais de caça reduziu algumas espécies até quase o esgotamento, como o cervo-do-pantanal e o tamanduá-bandeira. A maioria das reservas indígenas não possui plano de manejo e é amplamente difundida a caça não-sustentável, a retirada de madeiras nobre e palmito.

Além das Reservas Indígenas, os impactos causados pelos "povos da floresta" se estendem a Unidades de Conservação (UCs). Três parques nacionais - Monte Pascoal (BA), Araguaia (TO) e Superagui (PR) -, dois parques estaduais - Ilha do Cardoso e Intervales (SP) - e uma Estação Ecológica - Juréia-Itatins (SP) - foram invadidos por índios, com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e ONGs.

A situação mais apreensiva é a recente invasão de índios Guarani Mbya, vindos da Argentina e Paraguai, no Parque Nacional de Superagui, nos Parques Estaduais da Ilha do Cardoso e Intervales e na Estação Ecológica da Juréia-Itatins. Todas essas áreas foram apossadas pelos índios "estrangeiros" como sendo sua terra prometida. Eles continuam a caçar de maneira não

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	<i>Estadas.com.br</i>
Data	<i>27/4/2001</i> Pg
Class.	<i>13</i>

sustentável várias espécies ameaçadas de extinção e endêmicas da Mata Atlântica, queimam e abrem clareiras na mata primária, vendem bromélias, orquídeas, palmitos e filhotes de papagaio de cara-roxa nas estradas do Paraná.

A situação ainda pode piorar, pois cerca de 15.000 Guaranis se encontram na fronteira da Argentina e Paraguai podendo "migrar" a qualquer momento para nossos parques, estações biológicas e outras UCs. A proteção ao índio ganhou apelo passional e político. E a conservação da biodiversidade no Brasil tornou-se refém da visão errônea do "bom selvagem".

Na Amazônia, índios Kayapós aprisionam fiscais do IBAMA para salvar madeireiros de mogno da prisão e a colheita massiva das sementes da castanha-do-Pará pelos índios, caboclos e seringueiros afeta diretamente a regeneração dos castanhais. Centenas de aves ameaçadas de extinção, como a arara-azul, são massacradas para fazer artesanatos indígenas vendidos nas cidades. Antes, um cocar com penas de araras era feito uma vez ao ano, para rituais, hoje centenas de cocares são manufaturados para vender a turistas. Na Bahia, o Parque Nacional de Monte Pascoal, símbolo dos 500 anos de descobrimento do Brasil, está descaracterizado pelo uso predatório dos índios Pataxós, que se proclamam donos dessa terra, embora a região tenha sido tradicionalmente habitada por Tupinambás.

Vale lembrar que as UCs de uso direto (florestas nacionais, reservas extrativistas) ocupam 2,72% do país e as de uso indireto (parques nacionais, estações ecológicas, reservas biológicas) apenas 1,87%, enquanto as reservas indígenas ocupam cerca de 9,85% do território nacional.

A noção que a presença indígena nas UCs coibiria a retirada de madeira, palmitos e caça é falsa. As unidades de conservação não podem ser encaradas como locais para onde comunidades indígenas (ou qualquer "povo tradicional") possam ser realocadas. Elas se destinam à proteção da biodiversidade e dos recursos naturais e não a experiências de "uso sustentável". No Brasil, as Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais já possuem esse fim. As áreas indígenas devem ser encaradas como uma zona "tampão" (com baixo impacto, mas com impacto) ao redor de áreas de proteção. Colocar no mesmo plano Reservas Indígenas e Unidades de Conservação é uma atitude com reflexos futuros desastrosos.

Para o meio ambiente, pouco interessa quem está destruindo a floresta. Índio ou não índio, todos devem respeitar as leis de proteção.

Mauro Galetti é doutor em Ecologia pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, e professor do Departamento de Ecologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Rio Claro, SP.